



## *Câmara Municipal de Votorantim*

ENTRADA 17 / 02 / 04 PROJETO DE LEI nº 03/04

ARQUIVO            /            /           

AUTORIA Sr. Prefeito Municipal Jair Cassola

ASSUNTO: Altera a Lei nº 1179, de 29 de dezembro de 1995 e dá  
outras providências





Recebido em 10/02/04  
pela Vanda

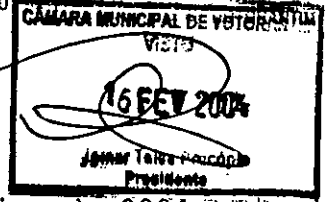
## Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

"Capital do Cimento"

Avenida 31 de março, n.º 327, centro, CEP 18110-900

Fone (15) 3353-8533. Fone Fax (15) 243-1430

e-mail: pmvinfo@mail3.splicenet.com.br



Ofício n.º 006/04- CM

Ref.: Processo n.º 046/04 - PMV Interno

Votorantim, 10 de fevereiro de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminhamos, por meio deste, a essa Egrégia Casa de Leis, para apreciação de V.Exa. e Dignos Pares, o incluso projeto de lei sob n.º 002/04, que altera a Lei n.º 1179 de 29 de dezembro de 1995 e dá outras providências.

O Projeto de lei, ora encaminhado, visa à adequação das normas referentes ao adiantamento de despesas, tendo em vista o relatório do Tribunal de Contas, proferido no exercício de 2003 (ano-base 2002).

Estas, Senhor Presidente, as considerações que julgamos necessárias e que justificam a presente propositura, pelo que solicitamos seja o incluso projeto recebido e processado regularmente, nos termos regimentais para, por fim, receber a aprovação dessa Egrégia Casa de Leis.

Respeitosamente.

  
JAIR CASSOLA  
Prefeito Municipal

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**JOMAR TELES PROCÓPIO**  
Câmara Municipal de  
VOTORANTIM-SP.

DH/mlm

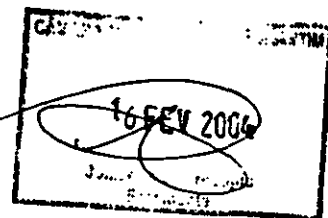


# Prefeitura Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

Estado de São Paulo

Proj. n° 002/04



## PROJETO DE LEI

Altera a Lei n.º 1179, de 29 de dezembro de 1995 e dá outras providências.

JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O art. 4º e 6º, da Lei 1179/95, passa a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 4º. É vedado a utilização de recursos do adiantamento para a aquisição de bens e materiais permanentes e despesas com vencimentos e salários e nem se admite comprovação de despesas que tenham data anterior a do próprio adiantamento concedido."

"Art. 6º. O adiantamento será autorizado pelo Secretário de Finanças com anuência do Secretário da pasta a qual se destina o numerário, e será administrado por servidor (es) designado (os) através de portaria.

§ 1º. A autorização de que trata o "caput" deste artigo deverá conter:

- I - nome e cargo ou função do administrador pelo numerário;
- II - destino da aplicação do numerário;
- III - Valor do numerário;
- IV - prazo de aplicação do adiantamento.

§ 2º. Dentro de 90 (noventa) dias, após o recebimento do numerário, o servidor responsável deverá apresentar prestação de contas ao Secretário de Finanças para aprovação.

§ 3º. Excedido o prazo do parágrafo anterior, o servidor será responsabilizado, na forma da legislação pertinente pela importância que lhe foi adiantada.





# Prefeitura Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

Estado de São Paulo

§ 4º. Não se fará novo adiantamento enquanto não prestadas e aprovadas as contas do adiantamento anterior."

Art. 2º. Os valores relativos ao limite máximo de cada adiantamento serão estabelecidos em decreto.

Art. 3º. Ficam ratificadas as demais disposições vigentes na Lei 1179/95, não alteradas pela presente Lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das verbas próprias, consignadas em orçamento.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, em 10 de fevereiro de 2004.

  
Jair Cassola  
PREFEITO MUNICIPAL



# Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

LEI N.º 1179

Regula a despesa pública pelo regime de adiantamento e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, ERINALDO ALVES DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica instituído na Prefeitura Municipal de Votorantim, na Administração Direta e Indireta, a forma de pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, que reger-se-á segundo as normas vigentes que disciplinam a matéria.

Parágrafo único – Por administração indireta entende-se, autarquias e demais entidades autônomas dotadas de personalidade jurídica de direito público.

Artigo 2º - O regime de adiantamento consiste na precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas nos casos expressamente definidos nesta ou em outras Leis, que são possam subordinar-se ao processo ordinário ou comum.

Artigo 3º - Todas as pessoas ou órgãos que receberam dinheiro ou valores públicos ficam obrigados à prestação de contas de sua aplicação ou utilização.

Artigo 4º - No regime criado por esta Lei, não se admitirá adiantamento para despesas já realizadas, nem que se efetuem despesas maiores do que as quantias adiantadas.

Artigo 5º - Poderão realizar-se no regime de adiantamento os gastos decorrentes de:

- I) pagamento de despesas extraordinárias e urgentes, cuja realização não permita delongas, ou de despesas que tenham de ser efetuadas em lugar distante da fonte pagadora;
- II) pagamento de despesas com segurança pública, quando declarado o estado de guerra ou de sítio
- III) despesas com alimentação em estabelecimentos de assistências ou de educação, ou de recreação e lazer, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de fornecimento;
- IV) despesas judiciais;
- V) diligências administrativas;
- VI) representações eventuais;
- VII) excursões escolares;
- VIII) aquisição de livros, revistas e publicações especializadas;
- IX) despesas miúdas e de pronto pagamento.



# Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Parágrafo único – Considera-se despesa miúda e de pronto pagamento, a que se fizer:

- I) com selos postais, telegramas, radiogramas, telex, xerox, diárias, serviços de limpeza, higiene, lavagem de roupa, café e lanche, pequenos carros, pequenos consertos, aquisição avulsa, no interesse público, de livros, jornais, revistas e outras publicações, fotografias, viagens, hospedagem e alimentação extraordinária;
- II) com artigos de escritório e desenho impressos e de papelaria, em quantidade restrita para uso e consumo próximo ou imediato;
- III) com artigos farmacêuticos ou de laboratórios, em quantidade restrita para uso e consumo próximo ou imediato;
- IV) outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente justificada.

Artigo 6º - O adiantamento será autorizado pelo Secretário a que esteja subordinado o servidor, indicado:

- I) o nome e o cargo ou função do responsável pelo numerário;
- II) o destino da aplicação do numerário;
- III) o valor do numerário;
- IV) o prazo de aplicação.

§ 1º - Dentro de trinta dias após o recebimento do numerário o responsável deverá apresentar prestação de contas ao seu superior que, em a aprovando, encaminhará à Secretaria de Finanças para os fins contábeis.

§ 2º - Excedido o prazo do parágrafo anterior, o servidor e seu superior serão responsabilizados na forma da legislação pertinente pela importância que lhes foi adiantada.

§ 3º - Não se fará novo adiantamento enquanto não prestadas as contas pelo adiantamento anterior.

Artigo 7º - Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a presente Lei será regulamentada através de ato do Executivo.

Artigo 8º - As despesas decorrentes da aprovação desta Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



## Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 29 de dezembro de 1995 – XXXII ANO DA EMANCIPAÇÃO.

ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

RUBENS ALBIERO

Secretário de Administração





# Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

## Anexo I

### Requisição de Adiantamento

Votorantim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 1996.

A Secretaria \_\_\_\_\_,  
vem através deste requisitar R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ ) à título de adiantamento, comprometendo-se à  
prestar contas dentro do prazo estabelecido no decreto 2627/96, de 01/04/96. Sendo que o  
mesmo ficará sob responsabilidade do (a) funcionário (a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_,  
ocupante do cargo de \_\_\_\_\_  
para ser gasto com \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Secretário

\_\_\_\_\_  
Responsável



# Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

## Anexo II

### Secretaria de Finanças

#### Prestação de Contas – Regime de

#### Adiantamento.

Da Secretaria \_\_\_\_\_  
à Diretoria de Orçamento e Contabilidade (Secretaria de Finanças)

Senhor Diretor

Nos termos da Lei n.º 1179 de 29/12/95 e Decreto n.º 2627 de 01/04/96, apresentamos a V.S.a., a prestação de contas relativa ao adiantamento recebido através da Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

A presente prestação de contas é composta dos seguintes documentos:

- a. balancete de prestação de contas;
- b. relação dos documentos de despesa;
- c. cópia da guia de recolhimento do saldo não utilizado;
- d. cópia da Nota de Empenho;
- e. documentos das despesas

Votorantim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1996

\_\_\_\_\_  
Secretário

\_\_\_\_\_  
Responsável



# Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

## Anexo III

### Balancete da Secretária

Entradas		Saídas	
Nota de Empenho	R\$	Despesa conforme relação em anexo	R\$
		Saldo	R\$
Total	R\$	Total	R\$

\_\_\_\_\_  
Secretário

\_\_\_\_\_  
Responsável



# Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

## Anexo IV

### Relação de Despesas

N.º de Controle	Interessado	Descrição	Valor
001			R\$
002			R\$
003			R\$
004			R\$
005			R\$
006			R\$
007			R\$
008			R\$
009			R\$
010			R\$
011			R\$
012			R\$
013			R\$
014			R\$
015			R\$
016			R\$
017			R\$
018			R\$
019			R\$
020			R\$
021			R\$
022			R\$
023			R\$
024			R\$
025			R\$
026			R\$
027			R\$
028			R\$
029			R\$
030			R\$
Total			R\$



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA DA CÂMARA EM 18/02/2.004**

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.

  
**Lázaro de Góes Vieira**  
Secretário Geral

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 18/02/2.004**

Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.

- ☒ **Comissão de Justiça**
- ☒ **Comissão de Finanças e Orçamento**
- ☐ **Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente**
- ☐ **Comissão de Política Social**
- ☐ **Comissão de Economia**
- ☐ **Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo**
- ☐ **Comissão de Administração Pública**
- ☐ **Comissão de defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania**
- ☐ **Comissão de redação**
- ☐ **Mesa Diretora**



# Câmara Municipal de Votorantim

**"Capital do Cimento"**

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 016/2004.

**Projeto de Lei nº 03/04, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que altera a lei n. 1179, de 29/12/95.**

Parecer:

A proposta do Poder Executivo visa atender recomendação do E. Tribunal de Contas do Estado de São, como informa o Senhor Prefeito Municipal na justificativa dirigida ao Presidente da Casa.

O Projeto atende os preceitos técnicos e jurídicos que regem a matéria, devendo ser encaminhado ao Plenário para discussão e votação, após os pareceres das competentes Comissões de Mérito.

Votorantim, SP., 18 de fevereiro de 2004

**João da Silva Neto**  
Chefe de Serviços Jurídicos  
OAB/SP 102952-B



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao

### PROJETO DE LEI Nº 003/04

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei, que altera a Lei nº 1179, de 29 de dezembro de 1995 e dá outras providências.

Analizando as disposições constitucionais e regimentais, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos acima mencionados.

Este é o nosso Parecer, s.m.j.

Votorantim, 20 de fevereiro de 2004

  
**HEBER DE ALMEIDA MARTINS**  
Relator

A Comissão de **JUSTIÇA**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

### MEMBROS

  
**ORLANDO HERRERA DIAS**

  
**JOÃO SOARES DE QUEIROZ**

  
**JERSON PEDROSO**

  
**PEDRO NUNES FILHO**



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

### PROJETO DE LEI Nº 03/04

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei, que altera a Lei nº 1179, de 29 de dezembro de 1995 e dá outras providências.

De acordo com as normas regimentais e orçamentárias em vigor, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 20 de fevereiro de 2004

  
**JERSON PEDROSO**  
Relator

A Comissão de **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

#### MEMBROS

  
**OSVALDO BRASIL**

  
**MARCELO DE SOUZA**

**PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA**

**PRIMO ALVINO VIEIRA**





# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”  
ESTADO DE SÃO PAULO



**Autógrafo nº 06/04**

**Projeto de Lei nº 003/04**

Altera a Lei n.º 1179, de 29 de dezembro de 1995 e dá outras providências.

**Lei nº .....de.....de.....de 2004.**

**JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º- O art. 4º e 6º, da Lei 1179/95, passa a vigorar com as seguintes redações:**

**“Art. 4º. É vedado a utilização de recursos do adiantamento para a aquisição de bens e materiais permanentes e despesas com vencimentos e salários e nem se admite comprovação de despesas que tenham data anterior a do próprio adiantamento concedido.”**

**”Art. 6º. O adiantamento será autorizado pelo Secretário de Finanças com anuência do Secretário da pasta a qual se destina o numerário, e será administrado por servidor (es) designado (os) através de portaria.**

**§ 1º. A autorização de que trata o “caput” deste artigo deverá conter:**

- I – nome e cargo ou função do administrador pelo numerário;**
- II – destino da aplicação do numerário;**
- III – Valor do numerário;**
- IV – prazo de aplicação do adiantamento.**

**§ 2º. Dentro de 90 (noventa) dias, após o recebimento do numerário, o servidor responsável deverá apresentar prestação de contas ao Secretário de Finanças para aprovação.**

**§ 3º. Excedido o prazo do parágrafo anterior, o servidor será responsabilizado, na forma da legislação pertinente pela importância que lhe foi adiantada.**

**§ 4º. Não se fará novo adiantamento enquanto não prestadas e aprovadas as contas do adiantamento anterior.”**



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO



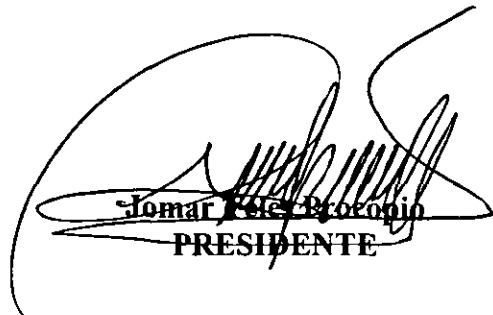
**Art. 2º-** Os valores relativos ao limite máximo de cada adiantamento serão estabelecidos em decreto.


**Art. 3º-** Ficam ratificadas as demais disposições vigentes na Lei 1179/95, não alteradas pela presente Lei.

**Art. 4º-** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das verbas próprias, consignadas em orçamento.

**Art. 5º-** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 27 de fevereiro de 2.004.

  
Jomar Feres Procopio  
PRESIDENTE

  
Jairo de Souza  
1º SECRETÁRIO

Marcelo de Souza  
2º SECRETÁRIO